##### À

**RAZÃO SOCIAL**

Departamento Interessado

ANEXO V

DECLARAÇÃO A SER APARESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO III DO ART. 120 Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de Novembro de 2009

**(Razão Social do Prestador do Serviço),** estabelecida nesta cidade de \_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_, na Rua/Travessa/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada por seu administrador o Sr. **(Nome completo Administrador),** (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e NIT nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA para fins de não retenção na fonte de 11% (onze por cento) de Contribuição Previdenciária (INSS), que preenche os seguintes requisitos:-

1. O serviço foi prestado pelo administrador da empresa acima citado, no exercício de sua profissão devidamente regulamentada, e;
2. Sem o concurso de empregados ou contribuintes individuais na execução dos serviços contratados, ou;
3. Que seu faturamento no mês anterior foi igual ou inferior a 2 (duas) vezes o limite máximo do salário de contribuição estabelecido pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, e;
4. Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no Art. 32 Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, à penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (Art. 299 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Bauru/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**(Razão Social do Prestador do Serviço)**

**(Nome completo Administrador)**